



Agência Estado – 10 Mar 2004

Investimentos elétricos aguardam promulgação de MPs

Os investimentos no setor elétrico estão em compasso de espera e assim devem permanecer até que os novos instrumentos de regulação do setor sejam promulgados. A avaliação é do presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales. A entidade representa 15 investidores de grupos nacionais e estrangeiros que já aportaram no País mais de US\$ 30 bilhões. "Temos de esperar a finalização de todo o processo para saber ao certo como as coisas vão caminhar. Mas é fato que o projeto melhorou após a chegada no Senado. Houve sensibilidade dos senadores e até do governo em algumas questões", disse.

Em relação à rejeição em massa dos destaques no Senado - nenhuma das 35 emendas à Medida Provisória (MP) 144 foi aprovada -, Sales disse não ter havido surpresas. "O que foi aprovado ontem foi basicamente o relatório votado na semana passada", disse, reiterando que o projeto do governo não é totalmente abrangente em relação às regras do setor. "A proposta apenas dá uma direção."

Também na terça-feira, o Senado aprovou a MP 145, que cria a nova estatal do setor elétrico, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Apesar do lobby para transferi-la para o Rio de Janeiro, os parlamentares aprovaram a permanência da sede da empresa em Brasília.

A rejeição dos destaques à MP 144 também não surpreendeu a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), segundo o diretor-executivo e de comunicação da entidade, Paulo Ludmer. "Alguns deles desmantelavam totalmente o projeto. Por isso, a rejeição já era esperada", afirmou.

Segundo Ludmer, a proposta do governo não deverá sofrer mais alterações quando for submetida novamente à Câmara dos Deputados. "A não aprovação dos destaques, a meu ver, facilita o trabalho da Câmara, que deve ratificar a decisão do Senado", disse o diretor-executivo da Abrace. Ludmer reiterou que o projeto do governo não é o ideal, mas a aprovação é um passo importante. "A bola não está redonda. Temos de esperar a sanção da lei e os detalhes da proposta, via resoluções, para termos mais clareza das mudanças", observou.